



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA
ESCOLA**

FÁBIO LOPES DE OLIVA

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA
ESCOLA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fábio Lopes de Oliva

GESTÃO DEMOCRÁTICA: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 30 de Novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor – Avaliador

Professora Marielle Morais de Oliveira – Orientadora

Professor Fábio Lopes de Oliva – Cursista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA SOCIALIZAÇÃO DOS EDUCANDOS DA ESCOLA M. SIMÃO DA COSTA CAMPOS	07
1.2 FORMAÇÃO FAMILIAR.....	08
2 ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO DA COSTA CAMPOS	09
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	18

RESUMO

O presente estudo versa sobre Gestão Democrática: A Importância da Família na Escola. Foi a partir da vivência e análise do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, que o desejo em pesquisar e compreender estes indivíduos atendidos pela instituição se fez presente. O objetivo foi justamente analisar a importância da família na escola, como proposta para a Gestão Democrática. Percebe-se que a desestrutura familiar contribui em muito para com atitudes desfavoráveis a uma boa conduta na escola, exemplificada em viés de compatibilidade com as normas sociais. A pesquisa foi pautada no caráter descritivo, tendo em vista a abordagem qualitativa, por meio da observação e referências bibliográficas. Após a análise do Projeto Político Pedagógico as considerações foram analisadas e discutidas à luz do referencial teórico. O trabalho foi realizado não com a pretensão de apontar resultados, culpando ou não a dissociação da relação família e escola pela interferência negativa no processo de Gestão Democrática da escola, uma vez que são muitas as considerações a serem abordadas nessa problemática, mas sim a título de questionamentos bem mais sistemático sobre esta relação família, escola e a gestão democrática em prol de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Família. Escola. Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre Gestão Democrática: A Importância da Família na Escola. Foi a partir da vivência e análise do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, que o desejo em pesquisar e compreender estes indivíduos atendidos pela instituição se fez presente.

O objetivo foi justamente analisar a importância da família na escola, como proposta para a Gestão Democrática. Percebe-se que a desestrutura familiar contribui em muito para com atitudes desfavoráveis a uma boa conduta na escola, exemplificada em viés de compatibilidade com as normas sociais.

A família vem evoluindo ou simplesmente se modificando, desde sua origem ancestral. Na abordagem de Grunspun (1983), a família já passou pelas eras patriarcal, matriarcal e hoje vive a era filial, onde quem manda é o filho.

Trata-se da evolução da família e os pais são os únicos responsáveis pela educação dos filhos, são eles que têm a autoridade que nenhuma instituição pode substituir.

Sabe-se que, atualmente há necessidade de amor e ternura nos cuidados prestados ao ser humano, desde o momento em que acaba de nascer numa sala de parto até em seu lar, com mãe, pai e familiares em geral.

A natureza dos laços afetivos que podem estabelecer os vínculos das crianças com os adultos depende da qualidade e quantidade das experiências emocionais que eles terão vivido na primeira infância e de como os pais auxiliaram suas crianças a viver e resolver as reações emocionais, trazidas pelo próprio viver e conviver no lar e fora do lar (GRUNSPUN, 1983 p. 15).

A educação da criança é tarefa primordial dos pais e de toda a comunidade familiar. É na família que a criança aprende, através do exemplo dos pais e do comportamento destes, sobre moral e ética. Todo esse ambiente é uma grande influência para a criança, onde os exemplos são o que contam e não apenas palavras ou discursos.

Se a família, segundo a Legislação, deve ser o berço da proteção da criança e do adolescente, na prática, nem sempre tais proposições são efetivadas. Existe a participação ativa de alguns pais dos educandos da comunidade de Lagoinha I que atuam no apoio, proteção e convivência familiar, facilitando o entendimento da relação familiar desses educandos, que possibilita a análise sobre o Projeto Político Pedagógico, assim como os fatores motivadores da indisciplina na escola. Entretanto, a carência afetiva, social e a falta de valores são notórios como pontos característicos dos alunos.

Em virtude desse contexto, suscitou-se o seguinte questionamento: Como a relação Família e Escola, podem subsidiar a proposta de uma Gestão Democrática na Escola Municipal Simão da Costa Campos? Para responder a tal questionamento, objetivou-se analisar o Projeto Político Pedagógico da supracitada instituição escolar. O tema abordado é resultado das indagações e observações levantadas durante a vivência no âmbito escolar. A pesquisa foi pautada no caráter descritivo, tendo em vista a abordagem qualitativa, por meio da observação e referências bibliográficas.

Após a análise do Projeto Político Pedagógico as considerações foram analisadas e discutidas à luz do referencial teórico. O trabalho foi realizado não com a pretensão de apontar resultados, culpando ou não a dissociação da relação família e escola pela interferência negativa no processo de Gestão Democrática da escola, uma vez que são muitas as considerações a serem abordadas nessa problemática, mas sim a título de questionamento bem mais sistemático sobre esta relação família, escola e a gestão democrática em prol de uma educação de qualidade.

1. O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA SOCIALIZAÇÃO DOS EDUCANDOS DA ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO DA COSTA CAMPOS

Conforme ressalta Silva (2003, p.197) “O Estatuto da Criança e do Adolescente consolidou novas formas de ver a infância e adolescência e, conseqüentemente, de atendê-las quando em situação de risco pessoal ou social”. Isso demonstra que o texto normativo trouxe novos ditames para a proteção da criança e do adolescente, colocando a família, sociedade, e o próprio Estado, como responsáveis por estes. Em seu art. 4º é possível evidenciar os direitos e garantias atribuídas às crianças e adolescentes, na tentativa de colocá-los distantes da vulnerabilidade social e familiar. Assim, reza o art. 4º da referida legislação:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Por mais que o Estatuto da Criança e Adolescente tenha conseguido mudanças a partir de políticas públicas voltadas para o atendimento da criança e do adolescente, ainda há muito por se fazer, uma vez que na prática escolar, a efetivação legal do documento contribui significativamente para com uma oposição em desfavor as “normas do documento”. Haja vista que na maioria dos casos a escola, fica de mãos atadas no descumprimento da “disciplina” por parte dos alunos, sendo alegado que o ECA dispõe de totais direitos aos educandos, diminuindo, contudo a autonomia da escola.

1.2 FORMAÇÃO FAMILIAR

Segundo Dias (2006, p. 27) Família é: “uma construção social organizada através de regras culturalmente elaboradas que conformam modelos de comportamento”. É a família um espaço em que se engendram posições e funções pautadas no comportamento psíquico, no qual cada componente familiar ocupa um lugar, uma posição. Durante muito tempo ela esteve vinculada somente à sucessão do casamento, já que se entendia que era o casamento o meio pelo qual se alcançava a moralidade e estabilidade necessárias para a efetividade da função social.

A família do século XX foi marcada pela transição de valores, principalmente no que diz respeito à emancipação sexual e econômica da mulher. Essa fase marca novos paradigmas inerentes à emancipação e reclusão, como por exemplo: a família resguardada, não mais nuclear, em que marido e mulher trabalham fora do ambiente doméstico; a moradia no contexto da segurança se vê mais fechada, mas não para o fator empregabilidade.

O que Sarti (2005) sugere é a ideia de que a família não é mais uma instituição estática e definida, ela está em constante evolução no tempo e no espaço. Assim, a família deve ser vista como uma associação de pessoas que optam por conviver por razões afetivas, assumindo um compromisso mútuo, não necessariamente, ligadas por laços sanguíneos.

Foi possível a compreensão de que a família dos educandos são, na maioria, dissolúveis em relação à questão matrimonial, o que possibilita a anteposição destes em inquietações psicológicas, afetivas, de valores sociais.

Além disso, a “desestruturação” familiar contribui para as “distorções sociais”, uma vez que por não terem apoio, afeto, diálogo, carinho, atenção em casa, buscam compensar tais carências em outros ambientes, em situações desaprováveis moralmente como, por exemplo, em brigas, maus comportamentos, alcoolismo e até mesmo outras famílias, o que dificulta a consolidação do que é proposto no Projeto Político Pedagógico como compromisso do trabalho da escola em parceria com a família.

2. ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO RELIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO DA COSTA CAMPOS

A observação realizada com os educandos atendidos na Escola Municipal Simão da Costa Campos, instituição em que foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico e sistematizados pela vivência na escola, resultou na abordagem descritiva bem como em discussões qualitativas sobre a relação da família e a escola como proposta para Gestão Democrática.

Em relação à observação relacionada aos educandos à companhia familiar dos mesmos, ou seja, a criação e a responsabilidade deles com relação aos Filhos comprova o que Dias (2006, p. 27) expõe sobre Família, sendo esta: “uma construção social organizada através de regras culturalmente elaboradas que conformam modelos de comportamento”.

É a família um espaço em que se engendram posições e funções pautadas no comportamento psíquico, no qual cada componente familiar ocupa um lugar, uma posição, ou seja, o pai tem o seu lugar de pai, a mãe tem lugar de mãe e os filhos ocupam seu lugar de filhos; cada um desses exerce no contexto familiar um elo de respeito e afeto.

O meio ambiente mais importante do educando é a sua família, a primeira responsável por sua evolução: boa ou má. É a presença da família que determina em parte, a infraestrutura da vida moral: o clima de bem estar do educando deriva da convivência familiar (OLIVE, 2008).

Constata-se também, embasado pelo Projeto Político Pedagógico e análise da vivência na escola que os fatores familiares que mais podem contribuir para a transição de valores dos jovens são: falta de amor, o ser humano precisa de amor para viver e desenvolver-se satisfatoriamente no processo de ensino e aprendizagem.

A falta de cuidados, falta de paciência nas situações cotidianas do dia-a-dia podem trazer consequências danosas a sua saúde mental, tais como: conflitos, agressividade, hostilidade, etc; fragilidade do grupo familiar: em que os pais, ou quem estiver neste papel, não exercem sua autoridade natural para

colocar regras e limites necessários para contenção do indivíduo, as relações existentes em muitas famílias podem gerar comportamentos antissociais e compulsões das mais diversas categorias.

Esses pressupostos reafirmam a importância de as crianças serem educadas no seio familiar, sendo que a estrutura parental ainda é um elo determinante na formação da personalidade humana. O que a análise apontou, nesse sentido, foi que a maioria dos educandos atendidos pela instituição de ensino vive com os pais, fato que não pode ser então considerado um agravante para a conduta dos menores, neste caso vale a pergunta: O que justificaria esses maus comportamentos dos alunos dentro e fora do âmbito educacional? A idade dos educandos atendidos pela instituição variou entre 06 e 18 anos, o que não diferencia a má conduta destes.

A relação que os educandos possuem com os familiares foram observadas como sendo: péssima, ruim e boa. Essa análise evidencia o que já fora discutido sobre o contexto familiar ser considerado como mola mestra para o desenvolvimento humano dos indivíduos, já que entende-se que é no seio familiar que os princípios e os parâmetros são apregoados.

A família é a primeira grande responsável pela formação do caráter do indivíduo, pois é em seu espaço que este constrói seus fundamentos e sua base para sua postura diante da sociedade. Com base este pressuposto se a convivência familiar não é considerada boa, se os laços não são efetivos entre pais, filhos e irmãos, esses educandos não terão influências positivas para compreenderem as normas escolares, ficando assim mais predispostos às transgressões, o que comprova a importância e necessidade destes serem criados em um seio familiar.

É possível afirmar que a construção da personalidade dos educandos vai se estruturando de acordo como foi compreendido e atendido em suas necessidades básicas. Se a criança receber carinho, atenção, ternura, ela terá menos predisposições favoráveis aos fatores de risco. Dessa forma, a educação deve ser ofertada aos indivíduos de maneira obrigatória, como condição social o que reflete em sua postura escolar.

Outro aspecto apontado diz respeito à evasão escolar. Os educandos atendidos na escola são sujeitos que não veem na escola uma estratégia de mudança de vida o que é uma preocupação apresentada no Projeto Político Pedagógico. A maioria destes não tem incentivo familiar para permanecer na escola. O que justifica e explica o que foi colocado na discussão anterior, a maioria não vê na escola um incentivo de vida.

Assim, a família deve ser a principal responsável pela formação da consciência cidadã do jovem e também apoio importante no processo de adaptação das crianças para a vida em sociedade. O problema, não é o tempo que os pais passam com os filhos, tempo este na maioria das vezes mal aproveitado e sim diz respeito ao desafio que está na qualidade dessa convivência, que deve ser marcada por um forte componente de presença educativa.

A condição familiar do indivíduo tem influência e contribui significativamente para com o desenvolvimento dos alunos. Quando na família este indivíduo não tem apoio, esta carência familiar pode interferir significativamente em seu comportamento, indisciplina, revolta, falta de interesse, falta de concentração.

Outra questão importante é a formação individual que interfere negativamente no seu comportamento escolar, assim como no processo de aquisição do comportamento. Esse é um dos principais motivos de jovens do mundo inteiro recorrer às drogas, violência e, conseqüentemente, aos crimes. O fato de se sentirem sozinhos ou perdidos, sem muitas experiências de vida e sem boas referências para descobrirem que caminho quer seguir, prejudica significativamente a sua vida afetiva, emocional, social, intelectual, moral, individual, familiar e escolar que engloba todas as particularidades da razão humana.

É importante compreender o universo familiar dos educandos, no sentido de analisar o apoio que os pais dão aos filhos. É possível afirmar que a família tem um papel educativo essencial, dela vai depender a definição do quadro de referência primário para a prática educativa. Sabe-se que o meio familiar exerce uma das mais importantes influências no desenvolvimento das

capacidades cognitivas e na estruturação das características afetivas dos filhos. No entanto, a educação familiar não deve entoar só os efeitos do desenvolvimento dos filhos. A família deve ser considerada um ecossistema da educação.

Ao presenciar a maneira como a família e os educandos se portaram, pode-se perceber que de fato as relações entre pais e filhos não são as melhores.

Muitos pais assumiram que não deram toda atenção, carinho, amor que os filhos necessitaram quando crianças e que hoje já não conseguem mais manter uma criação de princípios. Muitos alegaram nunca terem dito que amam os seus filhos, situação que justifica o porquê dos educandos serem tão ríspidos, pouco afetuosos e agirem com tanta brutalidade. Em uma das falas, uma mãe relatou que não sabe como dar amor ao filho, porque também não recebeu isso quando criança, e que a rebeldia do filho, a desobediência, faz com que ela se afaste ainda mais dele.

Em contrapartida, o que se observa nos avós, responsáveis pelos menores um elo, uma afeição maior entre eles. O fato deles terem ficado com a responsabilidade de criar os filhos de seus filhos fez com que eles pudessem corrigir os erros que cometeram com os filhos, quando não os tratou com mais amor.

Contudo, a idade avançada e a proteção excessiva contribuem para que eles não tenham tanto pulso firme na educação dos jovens. A maioria dos pais afirmou que a relação com os filhos não é boa, e apontaram alguns motivos para tanto: desobediência, brutalidade, falta de responsabilidade, pouco interesse em estudar, entre outros.

A observação da relação família e escola, tanto na análise do Projeto Político Pedagógico como na vivência na escola apontaram para a grande necessidade de se intervir na estrutura familiar desses educandos a partir de propostas administrativas e pedagógicas práticas e eficazes.

Não basta apenas “documentar” as pretensões de reorganização do trabalho a ser desenvolvido pela escola em parceria com a família é necessário

orientar e acolher os educandos, mas é necessário ainda trabalhar as perspectivas familiares para que se possam construir vínculos capazes de consolidar o ideário de Gestão Democrática.

Ao observar tais questões, sugere-se a seguinte pergunta: Como ter a Gestão democrática a partir da relação família e escola, sistematizada pelo registro consistente de tais objetivos no Projeto Político Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar, pesquisar, analisar e tentar compreender a relação da família, escola como proposta para se pensar em uma Gestão Democrática, inicialmente, era um objetivo isolado, ou seja, queria encontrar uma justificativa que fundamentasse este apoio familiar no Projeto Político Pedagógico, a partir do contato direto e a vivência destes alunos apresentadas no âmbito escolar.

Não são somente os educandos que precisam de Projetos de Intervenção que lancem estratégias de adequação às normas escolares, oportunidades, interesse pelo ensino, diálogo, mas também seus pais e responsáveis necessitam de ações que os auxiliem na conduta pessoal, bem como na conduta com o outro, e este é apresentado como desafio para consolidação prática da Gestão Democrática na Escola Municipal Simão da Costa Campos.

É seguro afirmar que a família contribui decisivamente para com a vida dos filhos em toda a sua formação. Neste sentido, o “educar” como saber educativo e o “educar” como princípio social, é de responsabilidade inicial e insubstituível da família e complementada pela família em parceria com a escola e embasada com o estabelecimento de uma Gestão Democrática.

A análise é relevante à compreensão da relação família-escola e Gestão Democrática, embasado na dinâmica teórica com base no referencial abordado e prático sistematizado pelo Projeto Político Pedagógico e vivência na escola, os elementos da questão social se fazem tão presentes e são estes que comprovam a positividade ou desta relação: família, escola e Gestão Democrática na formação do indivíduo.

Saber que uma Gestão é Democrática, quando a escola e a família conseguem manter uma relação de parceria harmônica sem perder de vista o melhor desempenho do filho/educando, edificando a sua intencionalidade legal e social de educação. Com esta parceria fazem-se laços de conquista, significados e estímulo natural indispensável à vida do educando. Em síntese para a efetivação de uma Gestão democrática é fundamental propiciar discussões e debates com a comunidade escolar e reestruturar o Projeto

Político Pedagógico da escola e assim traçar, com ajuda da comunidade escolar, o perfil da escola de modo que se facilitem os trabalhos da mesma.

A participação dos pais neste processo, sem dúvida, é motivador no sentido de evidenciar a função social da escola e também para o objetivo central da Gestão Democrática. Através das discussões podem-se coletar novas opiniões e perceber um pouco mais como as famílias pensam e refletem o papel da escola, retomando com isto, nossas perspectivas pedagógicas no trabalho da Gestão Democrática.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diogo de Calazans melo. Adoção por casais homossexuais. **Revista brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: síntese, n. 30, abr/mai/jun, 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em 04 Outubro de 2013.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Organização dos Textos, notas, índices por Juarez de Oliveira. 6ª Ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. *Lex*: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 10 Outubro 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Família**. 3 ed. rev.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.p.27.

FREITAS, L. **Adolescência, Família, Drogas**. A função Paterna e a Questão de Limites, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. A instituição e a identidade do menor infrator. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 8, n. 1, 1988 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893198800100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 Outubro 2013.

GONÇALVES, Maureen. **O menor infrator e o Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 2008.

GRUNSPUN, H e F. **Assuntos de Família**. São Paulo, Almed.1983,p.15.

IMHOF, Cristiano. **Estatuto da Criança e do Adolescente: 15 anos de vida e aplicação no STJ.** Disponível em: <http://blog.redel.com.br/leisetribunais/2008/02/11/stj-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-15-anos-de-vida-e-aplicacao-no-stj/>
Acesso em 04 Outubro 2013.

OLIVEIRA, Raimundo Luiz Queiroga de. **O menor infrator e a eficácia das medidas sócio-educativas.** Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 162, 15 dez. 2003. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/4584>. Acesso em: 7 Outubro 2013.

OLIVE, Thalita. O menor infrator e a relação familiar. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=1188>> Acesso em 06 Outubro 2013.

OSÓRIO, L.C. **Família Hoje.** Porto Alegre. Artes Médicas. 1996.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Simão da Costa Campos. Varzelândia. 2003, p.18

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: COSTA, A. R. e VITALE, M. A. F.(org.) Família – Redes, Laços e Políticas Públicas. Cortez Editora, São Paulo, 2005.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a percepção das instituições de abrigo.** Disponível em: <[HTTP://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/capit7.pdf+a+importancia+do+estatuto+da+crianca+e+do+adolescente+para+o+servico+social&hl=pt](http://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/capit7.pdf+a+importancia+do+estatuto+da+crianca+e+do+adolescente+para+o+servico+social&hl=pt)> Acesso em 10 ago 2013.

SILVA, Edjane E. D. da et al. **Perfil do adolescente em conflito com a Lei nas delegacias de Sousa – PB.** 2006. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Wjd8KqyPQJ:www.ufcg.edu.br/~proex/iv_enc_ext/Artigos/DireitosHumanoseJustica/PERFIL%2520DO%2520ADOLESCENTE%2520520Edjane.pdf+o+apoio+familiar+ao+menor+infrator&hl=pt> Acesso em 7 agosto de 2013.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS

DIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA
FABIO LOPES DE OLIVA
HALYNE CRISTINE ALMEIDA
SERGIO LUIZ BORGES

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora tal Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	18
7. AVALIAÇÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

É urgente a construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, escola esta que assuma, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas em sua estrutura, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar, desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano.

Para que o ensino fundamental seja assumido como direito público subjetivo e, portanto, objeto de recenseamento e de chamada escolar pública (LDB 9.394/1996, Art.5º). Faz-se necessário, ainda, ressaltar que em análise o documento que ora apresenta, é possível afirmar que este busca em sua fundamentação teórica efetivar um ensino de qualidade empenhado com a construção sólida do saber a ser apresentado e consolidado na instituição de ensino.

A Escola Municipal Simão da Costa Campos, localizada na área rural de lagoinha I do município de Varzelândia – Minas Gerais atende aos alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em Tempo Integral.

A estrutura física da escola fica, assim, definida: 05 salas de aula, sendo que no turno matutino, são atendidos os alunos do 5º(Ciclo Complementar do Ensino Fundamental), 6º, 7º (Ciclo Intermediário do Ensino Fundamental) e 8º e 9º (Ciclo de Consolidação do Ano do Ensino Fundamental) e no turno vespertino compreende as turmas multisseriadas de 1º e 2º Ano e 3º e 4º Ano, assim no turno vespertino a escola dispõe de 02(duas) salas de aula ociosas para atendimento a demanda dos alunos atendidos em tempo integral, já no turno matutino não há disponibilidade de salas de aulas.

O regimento da escola compreende ao atendimento educacional de 140 (cento e quarenta) alunos, conforme relação de matrícula inicial realizada pela instituição, na modalidade de Ensino regular e de tempo integral da Rede Municipal de Educação e sob orientação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Sendo dirigido o ensino de Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano por 02(dois) professores de língua Portuguesa, 01(um) professora de Língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) professor de Educação Religiosa, 01(um) professor de Matemática, 01(um) professor de Redação, 01(um) professor de

Ciências, 01(um) professor de História, 01(um) professor de Geografia, 01(um) professor de Educação Física.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são 03 (três) professores que desenvolvem os conteúdos básicos estabelecidos no Plano Curricular Municipal conforme a Resolução estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação e 01(um) professor de Educação Física e 01(um) professor de língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) Especialista da Educação Básica como recurso de apoio pedagógico e 01(um) Diretor Escolar.

A comunidade em que a escola está inserida é considerada em nível sócio-econômico baixo, sendo que a maioria dos “chefes de família” desloca-se dela de 06 a 10 meses para trabalho em lavouras de café e pepino em outras regiões de forma a subsidiar as despesas em casa, a principal renda das famílias é advinda de Programas Governamentais como Bolsa Escola.

Pensar um projeto de educação implica pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é o documento que depois de formulado deve nortear todas as ações da escola e sua construção dá-se na coletividade, nesse sentido foi de extrema importância no período de elaboração do Projeto Político Pedagógico o envolvimento com as famílias e comunidade assim como a participação ativa nas reuniões e atividades extracurriculares da instituição de ensino.

Em relação ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, o instrumento imprescindível para esse acontecimento é o planejamento participativo, que colabora no sentido da efetiva participação de todos nas decisões. Vasconcellos (2000, p. 169) revela que o Projeto Político Pedagógico “pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Assim, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeitos socio-históricos na construção de uma nova sociedade.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é hoje, sem dúvida, o maior legado que uma família pode proporcionar aos seus. Cada vez mais, governos, pais e equipe pedagógica se unem no sentido de promover a equidade educacional a crianças e jovens.

A promoção da educação, bem como sua real efetivação se constitui como tarefa árdua e constante nos debates atuais, daí a importância de se construir um projeto que vá ao encontro das perspectivas geradas no âmbito educacional.

Apresentaremos a Proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, da Comunidade de Lagoinha I, do município de Varzelândia/MG, através do qual foi proposto a legitimidade e a efetividade das ações formativas das opiniões públicas, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional e além de tudo respeitando as crianças como sujeitas da aprendizagem.

A sua elaboração foi desenvolvida de forma a efetivar a participação efetiva da comunidade escolar, principalmente os pais das crianças sendo estes atores indispensáveis para subsidiar a prática pedagógica, considerando parceiros de extrema importância para o sucesso do Ensino.

Num mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que, hoje, são praticadas.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las.

Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam ideias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. Refletir sobre o Ensino Fundamental em seu conjunto significa pensar a gestão, o projeto pedagógico, os espaços, os tempos, a formação continuada, a avaliação, o currículo, as metodologias, o conteúdo, a educação integral, os conceitos de infância, pré-adolescência e adolescência.

Para tanto, é essencial voltar nosso pensamento aos conceitos teóricos que, devem permear a política pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, identificando pontos de defasagem e buscando a superação dos mesmos, estudando-os a partir de um tratamento político, administrativo e pedagógico, alertando para a observância das leis e reconhecendo como prerrogativa da escola a fixação de projeto político-pedagógico que tenha como pressupostos os referenciais teóricos que representam a opção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica apontada pela comunidade escolar a que se destina.

Nesse sentido, como ponto de partida desta Proposta Política Pedagógica para o Ensino Fundamental, são necessárias orientações pedagógicas que concebam a escola como intercessora qualitativa junto à comunidade. Para tanto, faz-se necessária uma avaliação constante, levando em consideração seu projeto pedagógico, sua constituição para o social e o conhecimento de seus alunos, constituindo-se numa organização que qualifica não só os que nela aprendem, mas também os que nela ensinam.

Partindo deste princípio, com base nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Educação de Varzelândia - MG, assim como a relação entre a realidade da Escola Municipal Simão da Costa Campos e fundamentados por pensadores de Educação, fundamentaram o Projeto político Pedagógico da Escola Municipal Simão da Costa Campos, sendo necessário considerar que não há uma ordem pré-estabelecida, para as ações a que se destina este documento as quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

Faz-se necessário citar que a retomada do papel da equipe pedagógica e sua função no processo de construção do conhecimento do aluno, bem como do papel da equipe diretiva como responsável pela gestão da escola são indispensáveis para: consideração em relação aos espaços e tempos da escola, planejamento de ampliação e reforma da escola e a sua adequação, assim como para a gestão da aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos.

A definição de política de formação continuada em serviço facilitará a reflexão do professor sobre sua prática sendo esta a norteadora das ações pedagógicas condizentes para a promoção do saber, assim como a organização e acompanhamento da implementação de políticas educacionais.

Neste sentido a elaboração da proposta pedagógica, com ênfase nas dimensões do desenvolvimento humano, propõe o aprofundamento da discussão sobre a organização curricular e do ensino dentro do processo educativo e sua constituição nos projetos político pedagógicos das escolas, reforçando a importância de todos os componentes curriculares (no conjunto) e de cada área uma dentro do processo de aprendizagem.

A sistematização da ênfase ao lúdico e ao brincar nas metodologias amplia o aprofundamento da concepção de infância, pré-adolescência e adolescência, considerando, assim, o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura (alfabetização e letramento) e do cálculo, compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades.

A formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, ampliam a discussão sobre a avaliação, sua concepção, os objetivos, instrumentos e modalidades e por fim a consideração de que o processo de aprendizado é constante e ininterrupto, orientando a progressão continuada dentro do ciclo, com possibilidade de manutenção entre os ciclos.

A ampliação do conceito de inclusão para além das questões de necessidades especiais enfatizará a inclusão social, étnica e de gênero e a discussão da política de inclusão das crianças com necessidades especiais viabiliza a discussão do conceito e da política de Educação Integral, apostando no aumento do tempo de permanência do aluno na escola num trabalho qualificado.

A escola precisa, ainda, da participação da comunidade como usuária.

Ciente deste serviço, de maneira que as interações sejam permeadas pelo conhecimento das atribuições de cada um, conforme o cargo/papel social que ocupa, de acordo com legislação vigente, assim estabelecendo relações de co-responsabilidade. Trata-se de romper com os muros da escola e ampliar as interações da comunidade escolar com seu entorno destituindo a lógica de que o melhor espaço para a aprendizagem é a sala de aula.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A educação, enquanto política pública representa uma estratégia eficiente na mobilização social das pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida, que perpassa pela formação escolar.

A escola, enquanto espaço diário do exercício de cidadania cumpre o papel fundamental de garantir o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, buscando organizar seu tempo pedagógico a fim de atender ao educando no acesso a uma educação de qualidade e de inclusão social.

Assumir o compromisso com a vida das crianças e jovens não é tarefa fácil, porém, é um desafio constante que exige esforço de todos, competência administrativa e pedagógica.

Assim, é preciso compreender alguns aspectos essenciais para fortalecer e melhorar o funcionamento da escola, como: melhor organização do espaço escolar; promoção de uma aprendizagem significativa para a vida do educando, articulando-se com os conhecimentos anteriores, planejando atividades e criando situações que permitam agregar os vários conceitos anteriores; avaliação e intervenção nos conteúdos e na metodologia do ensino para cada grupo de alunos; avaliação contínua da aprendizagem dos alunos, intervenção nos conteúdos e na metodologia.

Como dos resultados, possibilitando o avanço nos cursos e nos anos, acerca do ensino e aprendizagem; planejamento de ações a curto, médio e longo prazo de forma coletiva, procurando atender a necessidade da comunidade escolar; trabalho com a diversidade de questões que surgem no âmbito da sala de aula, estabelecendo prioridades e mediando situações problemas, na relação professor – aluno; melhor participação de todos os segmentos: família, comunidade e equipe gestora, onde os alunos se sintam acolhidos e seguros, e consigam aprender melhor; valorização dos profissionais e alunos, bem como, o envolvimento de todos, no trabalho em equipe com transparência e clareza nas decisões, com ética profissional fundamentada nas bases legais.

Desta forma, o ambiente escolar deve ser construído coletivamente dentro de um espaço público de discussão, com base num processo de ação-reflexão-ação, voltado para a formação de uma nova concepção de homem, de mundo e de sociedade, ressignificados com base em princípios humanísticos, democráticos e

libertadores. Portanto, faz-se necessário uma análise, e posterior proposição de adequação da estrutura organizacional administrativa e pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos com o objetivo de identificar e implementar as políticas educacionais estabelecidas por este sistema de ensino.

A estrutura administrativa realiza a alocação e gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Abrange todos os elementos de natureza física, tais como o estado de manutenção do prédio e das instalações e equipamentos; os materiais didáticos, mobiliário, distribuição da dependência e espaços livres, limpeza, ventilação e iluminação.

Neste sentido a estrutura administrativa da Escola Municipal Simão da Costa campos confere aos requisitos “básicos” para o desenvolvimento da ação educativa, com base os elementos de composição da estrutura que são: 05(cinco) salas de aula, 01(um) laboratório de informática, 01(um) pátio, 01(uma) sala de professores, 01(uma) cantina, 01(uma) sala de apoio pedagógico, além de dispor de espaço no arredor da escola para brincadeiras livres ou mesmo dirigidas, 12(doze) Professores, 01(um) Especialista da Educação, 04(quatro) auxiliares de serviços gerais e 04(quatro) monitoras para o Programa Mais Educação- Escola em Tempo Integral, ainda os recursos de suporte ao ensino são diferenciados graças ao recurso financeiro da Unidade Executora da escola, recursos do Programa Mais Educação e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

A estrutura administrativa busca articular com os setores e as funções da escola de forma a favorecer o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e ainda buscando fortalecer e dinamizar as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo o atendimento das especificidades de cada uma delas.

É importante salientar que essa organização administrativa da escola é expressa pela maneira como ela promove o processo ensino-aprendizagem, buscando articular-se com as especificidades e demandas da comunidade. Para tanto, é necessário que a estrutura organizacional da escola situe a posição de cada elemento e estabeleça funcionalidades em sua estrutura.

Como também permita a todos os profissionais recursos didáticos, para extrapolarem a sua criatividade de conduzir o conhecimento com que venham subsidiar à sua prática, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes.

Para o alcance dessas condições deve-se atuar tendo como objetivos: redefinição da estrutura administrativa da escola favorecendo a organização do fluxo de materiais, organização do espaço físico e do trabalho pedagógico; dimensionação da estrutura da escola em reforma de sua estrutura física, para que este seja um ambiente acolhedor e agradável para o favorecimento de ensino atendendo suas tipificações e a lotação de recursos humanos e ainda a capacitação dos profissionais da escola para implementação da nova estrutura organizacional administrativa da escola.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura organizacional pedagógica determina a ação da estrutura administrativa. Organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma efetiva as suas finalidades, refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo.

Para desenvolver a ação educativa, depende-se dos elementos de composição da estrutura organizacional, articulada com os setores e as funções da escola.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa busca determinar um novo fazer pedagógico dirigido aos 140(cento e quarenta) alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, aliado ao trabalho pedagógico voltado a perspectiva construtivista de ensino e ao compromisso da instituição escolar, enquanto promotora de políticas públicas de qualidade.

Vale ressaltar que em raras metodologias aplicadas pelos professores, foi possível verificar a adoção metodológica em sala de aula da perspectiva construtivista de ensino na íntegra, o que potencializa a fragmentação do ensino.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, busca coordenar e executar projetos pertinentes ação pedagógica, sendo indispensável a participação de todos os envolvidos no processo educacional de estudos e debates a cerca do trabalho a ser desenvolvido, as turmas são organizadas conforme dispõe a Resolução 2.197 de 26 de Outubro de 2012, em turmas heterogêneas conforme a idade dos alunos.

A participação na coordenação do conselho de classe é requisito indispensável para a discussão e reelaboração da proposta pedagógica assim como a coordenação e participação no processo de implementação da auto-avaliação na unidade escolar, sendo assim assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é dever e compromisso indispensável a este trabalho.

Ao estimular o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos é mais significativo a elaboração de relatórios de dados educacionais objetivando a ação-reflexão-ação.

Assim, sendo em relação à organização didático pedagógica, são considerados neste planejamento: o zelo pela integridade física e moral do aluno, a coordenação das atividades de planejamento pedagógico da escola, a participação da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Intervenção Pedagógico.

Haja vista que a coordenação, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola condiz com o desenvolvimento de projetos pedagógicos, sendo necessário a articulação com órgãos gestores de educação e intersetoriais. A elaboração e cumprimento do calendário escolar e o incentivo aos alunos em participarem dos grêmios estudantis, palestras, seminários, feira cultural e artística, apresentação em assembleias das datas cívico-sociais, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos, facilitam o intercâmbio com outras instituições de ensino.

O desenvolvimento de avaliação da aprendizagem e o repasse dos resultados para os pais compreende a integração da escola com a família do aluno e a comunidade, assim, como o cumprimento da legislação escolar e educacional. A avaliação da aprendizagem propõe a execução e avaliação das atividades, sistematizada pela elaboração operacionalização e divulgação do aproveitamento do aluno como proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino.

Neste sentido para promover uma aprendizagem significativa é fundamental a prática de reunião de conselho de Classe sendo que a sua discussão deve contemplar: elaboração de portfólios das turmas, utilização de recursos tecnológicos, elaboração e avaliação periódica do regimento escolar, planejamento pedagógico com base no perfil do aluno, auto avaliação pelo professor, discussão dos resultados dos alunos, relatório individual do aluno, dentre outros aspectos de caráter didáticos pedagógicos plausíveis de discussão, reelaboração e aplicação a prática educativa.

3. CURRÍCULO

O currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos é desenvolvido conforme orientação do Programa Oficial de Ensino, Referencial Curricular da Rede Municipal e Parâmetro Curricular Nacional. O que se refere à Base Nacional Comum de comum acordo com a LDB 9394/96, Art. 26 e 27 compreende os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Educação Religiosa e na parte diversificada Inglês com disciplina obrigatória, Redação e Expressão para 6º e 7º Ano e Geometria para 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental por serem conteúdos que atendem melhor a comunidade.

Na Educação de Jovens e Adultos o Plano Curricular é constituído pelos componentes da Base Nacional Comum, sendo que eles são trabalhados a partir dos eixos temáticos (temas geradores) abordados de forma interdisciplinar. A metodologia aplicada valoriza as experiências do aluno onde este deixa de ser mero receptor e passa a ser sujeito da construção de seu conhecimento. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Assim, isso implica que essa organização, elaborada principalmente no Projeto Político Pedagógico da escola deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção.

Entre eles o fato de que o processo de desenvolvimento do currículo ter sido cultural e, portanto, não neutro. O currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e continuará sendo construído. A reflexão sobre isso é importante,

porque, conforme Veiga (2002, p. 7) afirma, “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”. A organização do currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

Vários autores apontam para a possibilidade de o currículo não ser organizado baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo complexo, que não pode ser completamente explicado por um único ângulo, mas a partir de uma visão multifacetada, construída pelas visões das diversas áreas do conhecimento.

A organização do currículo deve procurar viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade; assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ideário de Educação de um modo geral, ainda faz parte de uma idealização utópica da sociedade. Seja pela falta de políticas pedagógicas efetivas, propostas pedagógicas firmes e comprometidas ou pela falta de conhecimento deste campo, pose-se afirmar que esta realização ainda soma um desafio social.

Acompanhamos, portanto, uma realidade em que muitos projetos não são valorizados, em que há um desconhecimento do significado do exercício pedagógico e que não oferece condições para que as legislações se concretizem.

Neste contexto, sabe-se que a interação, a troca de experiências, o estímulo, a apropriação dos diversos conhecimentos no Ensino Fundamental, são fundamentais para garantir à criança o seu desenvolvimento e conseqüentemente a formação integral como ser humano. Mas então perguntamos como trabalhar neste sentido de desenvolvimento, trazendo significado para esta prática, se, como educadores têm classes heterogêneas,

muitas vezes sem apoio familiar, tendo ainda em desvantagem estes desafios já caracterizados? E, ainda assim, como trabalhar atividades com a criança sem interferir, no papel de adulto, em suas atitudes e interações promovendo a autonomia e a criatividade? Deste modo, entendendo a turma como um espaço heterogêneo, tendo em vista a faixa etária, o histórico, as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e históricas de cada criança, devemos pensar em atividades diversas, as quais deverão envolver as crianças e assim estimular a partir do dia-a-dia o desenvolvimento de uma série de habilidades.

Esta organização do tempo e espaço escolar deve ser construída a partir deste conjunto de atividades que possibilitam, entre outras competências, a iniciativa, a segurança, a confiança etc.

Para proporcionar estas atividades é necessário, sobretudo, fazer um planejamento pensando nos momentos mais adequados e no local em que serão realizadas. Partindo deste pressuposto o processo de organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é estabelecido pelo tempo de 04 horas diárias de atividades disciplinares incluindo em alguns casos as atividades extra-classe, no cumprimento de tempos para atividades extra curriculares. Estas são devidamente apropriadas e consolidadas pela escola, em seu planejamento anual são consideradas as capacidades que necessitam ser consolidadas até o final do ano letivo, ainda com a implantação do Programa Mais Educação foi facilitado a apropriação do fazer educativo como extensão do tempo de trabalho com os alunos, o que facilitou um novo redimensionamento do fazer educativo.

Em relação ao espaço as turmas são heterogêneas, já o número de alunos dependem de muitas variáveis no tempo e espaço, sendo que no 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental estabelece o número máximo de 25(vinte e cinco) alunos e os demais anos de escolaridade no máximo 35 (trinta e cinco) alunos.

Deve-se entender que para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que a organização das atividades no tempo e no espaço assegure para além do reconhecimento das especificidades etárias ou da utilização ampla dos espaços externos e internos, seja assegurado o direito da criança, e o reconhecimento da importância da sua participação ativa neste processo.

Assim, é preciso repensar sobre esse tempo e espaço e suas proposições, reconhecendo a instituição escolar como um ambiente heterogêneo, plural, rico em aprendizagens, brincadeiras, fantasias e sonhos.

Contudo, cada aluno é único e a organização do tempo e espaço escolar deve ser focalizado na vivência e interesse dos alunos. O professor deverá ainda ter em consideração que o ritmo de trabalho dos alunos varia ao longo do dia, como também variam as limitações do grau de atenção dos alunos.

Tendo em conta estes pressupostos o professor deve estar atento a estas variações quando programam as atividades de sala de aula, devem refletir sobre a capacidade dos alunos para aprendizagem, bem como, saber identificar mesmo o próprio rendimento.

O tempo e espaço escolar são aspectos importantes na vida e organização da escola e deles dependem todo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo a distribuição destes tempos deve ter em conta o aluno, as suas capacidades e limitações, o seu ritmo de trabalho, a fadiga e o espaço interfere diretamente na elucidação dos interesses e necessidades estando a serviço do principal ator deste processo: O aluno.

Os profissionais de ensino devem saber usar o tempo e espaço da melhor forma possível, quanto melhor o aproveitamento melhor serão os resultados obtidos e a vida escolar será vivida com mais prazer e alegria.

Compreende-se, portanto, que a organização do espaço é uma produção de professores, as quais mediante a elaboração e execução da proposta pedagógica organizam e utilizam o espaço em função de suas concepções.

Em finalização a discussão da temática sobre a organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é importante considerar que esta ao adotar a modalidade de ensino em ciclos, altera os tempos e os espaços da escola.

Assim a visão crítica das finalidades educacionais da escola interliga a visão de homem enquanto sujeito histórico, busca compreender a sociedade como construção histórica em permanente processo de transformação, valorizando assim a diversidade e os ritmos no processo educativo.

Em síntese o conhecimento como processo de construção e reconstrução visa compreender a aprendizagem como um direito da cidadania, reduzir a reprovação e a ações de recuperação e ampliar o reforço da aprendizagem do aluno e este já define um dos ideários de Educação a ser constituído na escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No exercício do poder está a essência da democracia. E a qualidade do exercício do poder está referida ao espaço de autonomia que fundamenta o ser cidadão e a finalidade da instituição educacional.

O poder é exercido por todos os atores sociais em todas as ramificações da estrutura organizacional. Na dialética do funcionamento da sociedade e das organizações, todos exercem estrategicamente nosso poder. Neste sentido Paulo Freire constitui rica fonte inspiradora: “Assim sendo o exercício da democracia clama cada vez mais pela participação da sociedade na gestão das instituições públicas, pela voz da pluralidade social”(colocar o ano e a página).

Resgatar a dimensão histórica da participação na decisão de todos no que concerne a todos, isto só será viável por mecanismos de representação, ajudando a resgatar o sentimento de pertença a todos do bem público e a responsabilidade coletiva na trajetória humana, presente no ser humano desde os primórdios de sua organização social.

A gestão da Escola Municipal Simão da costa Campos se coloca hoje em uma visão democrática como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E assim situa um dos maiores desafios da instituição escolar: a democracia.

Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania.

A abordagem da gestão democrática do ensino passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola. Haja vista que o processo de decisão do Diretor Escolar dá-se através de um processo de

eleição sob a responsabilidade da Comissão de Eleição Municipal, além de contar com a representação do Conselho Escolar legalmente constituído, também pela equipe municipal responsável por sua implantação na escola, faz-se necessário considerar que em nossas análises não foi possível evidenciarmos o trabalho do Conselho Escolar nas situações que demandam decisão pela escola, além de que é urgente a apropriação dos membros a este fazer democrático.

Apesar das ações que demandam aplicabilidade para a efetivação de uma gestão democrática é necessário salientar que o gestor busca a partir de suas possibilidades, reunir os profissionais de educação para um diálogo aberto entre eles, favorecendo sim a implantação sólida de sua gestão democrática e participativa, estabelecendo, então, uma nova cultura organizacional e esse fator é essencial no desenvolvimento da função social da escola.

Para atingir plenamente a gestão democrática há de se perceber que todos os setores da unidade escolar necessitam de um envolvimento nessa perspectiva, os avanços dentro do propósito estabelecido devem ser apreciados, avaliados e reavaliados em conjunto. A medida desenvolvida dentro desta percepção conjunta ganhará, por excelência, parâmetros competentes que se transformarão em realidade que, certamente mudarão de forma contínua e gradual os aspectos do cotidiano da unidade escolar.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

No que tange às relações de trabalho no interior da Escola Municipal Simão da Costa Campos, este foi percebido em algumas situações como um espaço minado, onde formas diferentes de pensamentos ganham um caráter notadamente antagônico, o que permite afirmar a existência de interesses opostos, em cujo contexto as imposições de alguns reforçam o poder da individualidade sobre a coletividade.

Este é um desafio para a instituição e para a efetivação das relações democráticas. Na verdade as relações na escola são perpassadas pelo autoritarismo, é hierárquica, tendo em vista o mero controle do trabalho alheio.

Por outro lado, nos discursos de outra parcela de educadores, está presente o desejo de uma escola democrática e de qualidade, um desejo, diria, muito consistente. Mas, por que suas ações reforçam uma estrutura de relação de poder semelhante à do Estado autoritário? Seriam eles também destinados para tal? Eis uma questão para reflexão.

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, conselho escolar, professores, diretor, supervisor pedagógico, auxiliares de serviços e etc.).

A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior da escola. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

O enfoque do Projeto Político Pedagógico nas relações de trabalho concentra-se na importância e necessidade da participação da família na escola, na vida dos filhos, sendo entendida como estratégia para que os professores possam planejar, propor e coordenar atividades significativas e desafiadoras capazes de impulsionar o desenvolvimento das crianças e de amplificar as suas experiências e práticas socioculturais.

São os pais em parceria com a escola quem poderá mediar às relações das crianças com os elementos da natureza e da cultura, ao disponibilizar materiais, a promoverem situações que abram caminhos, provoquem trocas descobertas, incluam cuidados afetivos, favoreçam a expressão por meio de diferentes linguagens articulem as diferentes áreas do conhecimento e se fundamentem nos princípios éticos, políticos e estéticos, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (Brasil. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação - Resolução CEB nº 02/ 1998).

Ainda, assim, e sob o enfoque da importância da família na escola, a sua participação dá-se em fase lenta na instituição de ensino sendo estes submetidos na escola, a partir de convocações diretas por parte da direção da escola.

Considerando importante enfatizar que, para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos: a eliminação do autoritarismo centralizado; a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e distanciamento em relação, principalmente à comunidade; a eliminação do binômio dirigente/dirigido; a participação efetiva dos diferentes

segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia a -dia.

Nesse sentido, a escola poderá ser vista como um espaço vital na luta a favor da democracia. Para tanto, é relevante construir um espaço onde não se pratique mentiras e omissões.

Sabemos que esta será uma tarefa extremamente difícil e problemática, mas a escola terá sentido tanto para alunos, como para os pais, professores e funcionários da escola como um todo, se todos estes experimentarem o autogoverno, efetivamente concretizará esta prática quando todos os atores da unidade escolar estejam aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e o funcionamento da escola.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma constante em nosso dia-a-dia. Não aquela que fazemos ou que estamos comprometidos a fazer quando nos encontramos na Escola, mas outro tipo, como aquele em que avaliamos impressões e sentimentos.

É assim que, nas interações cotidianas, em casa, em nossa trajetória profissional, durante o lazer, a avaliação sempre se faz presente e inclui um julgamento de valor sobre nós mesmos, sobre o que estamos fazendo, sobre o resultado de trabalhos. Na ação escolar, a avaliação incide sobre ações ou sobre objetos específicos: no caso, o aproveitamento do aluno ou nosso plano de ação. Em relação a aprendizagem sistemática dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental além do planejamento anual, o professor faz o planejamento semanal que é acompanhado pelo Especialista da Educação, nos anos finais do Ensino Fundamental o professor lança o conteúdo trabalhado no diário de classe e faz roteiro das aulas, separadamente e a cada 15(quinze) dias e também é acompanhado pelo Especialista da Educação, são utilizados como critérios de avaliações além das avaliações bimestrais, fichas de observações e registro, atividades diferenciadas, entre outras conforme a didática do professor.

O essencial é que os instrumentos utilizados provoquem a reconstrução crítica do pensamento e da ação dentro da sala de aula. Daí a importância do envolvimento e

do dinamismo nas atividades desenvolvidas e nas atividades para a avaliação, proporcionando ao aluno o diálogo com os conteúdos que lhe são transmitidos e a consequente construção do conhecimento, este processo é garantido através do calendário escolar, de no mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental.

Na avaliação das capacidades dos alunos do 1º ano é necessário que este possa desenvolver atitudes e disposições favoráveis a leitura, conhecer os usos e funções sócias da escrita, compreender o princípio alfabético do sistema de escrita e ler e escrever palavras e sentenças, no 2º ano os alunos devem ler e compreender pequenos textos, produzir pequenos textos escritos e fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais e no 3º ano os alunos deverão ler e compreender textos mais extensos, localizar informações no texto, ler oralmente com fluência e expressividade e produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e a escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. Na área de matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição, subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Ao final do Ciclo Complementar no 4º e 5º Ano , todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do ciclo complementar em matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Assim, a escola deve ao longo dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e

recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrem e garantir a progressão continuada dos alunos.

Nos Ciclos finais do Ensino Fundamental os alunos deverão ainda ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada componentes curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

Neste sentido é de fundamental importância a avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionada na ação pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem, a escola utiliza procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes diagnósticos, adequando-os a faixa etária e as características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, são expressas com clareza, o que é esperado do educando em relação a sua aprendizagem e ao que for realizado pela escola, sendo registrado como fim para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica- PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização- PROALFA e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar PAAE, devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola do Plano de Intervenção pedagógica e as redefinições das ações pedagógicas em sala de aula.

Precisamos entender que nada é mais motivador do que sentir-se capaz. “se a avaliação tornar-se uma atividade formativa, ela estará sempre a serviço do sucesso” A LDB, no seu artigo 9º incube a União de assegurar o processo Nacional de Avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em

colaboração com os Sistemas de Ensino objetivando a definição de prioridades e a melhoria do ensino.

A resolução 469/2003, expressa que a Avaliação do de aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase e Ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades dos alunos. Na escola é organizado o processo de avaliação do 1º e 2º Bimestres: são distribuídos 20 pontos a cada bimestre, sendo: 12 pontos de atividades avaliativas (PROVA) e 08 pontos para trabalhos em sala de aula e extraclasse, participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola comportamento, pesquisa, assiduidade, freqüência.

No 3º e 4º Bimestre: serão distribuídos 30 pontos pra cada bimestre, sendo 18 pontos para atividades avaliativas (PROVAS) e 12 pontos para participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola, comportamento, pesquisa, assiduidade, freqüência, trabalhos realizados em sala de aula e extraclasse.

Cabe ao professor definir os instrumentos de avaliação a serem utilizados durante o ano, de acordo as necessidades de cada aluno e a natureza do conteúdo a ser trabalhado.

A escola deve oferecer a criança, condições para seu crescimento físico, emocional e social, sendo que a própria criança é agente de construção de sua história, partindo da realidade de seus conhecimentos, incentivando-a a ampliar suas potencialidades.

Para um bom relacionamento entre os sujeitos do processo educativo são desenvolvidas ações como projetos, palestras, reuniões, troca de experiências em parcerias tendo com suporte o Referencial Curricular Nacional e norteado pelos princípios éticos, políticos e estéticos.

É fundamental aos envolvidos no processo educativo terem vontade de fazer e criar, agir e ousar, princípios que devemos semear e cultivar em nós mesmo, e em nossos relacionamentos para que a transformação possa finalmente ocorrer.

Através de reuniões pedagógicas, por disciplina e modalidade de ensino, no início do semestre letivo, são avaliadas as ações desenvolvidas no semestre anterior, por meio de: conselho de classe, questionários, suplementos, gráficos e auto-avaliação.

Com base no resultado, são montadas estratégias a serem implantadas pelo Especialista da Educação e o Diretor Escolar em consonância com os professores, visando favorecer o processo pedagógico a partir da identificação das potencialidades e limitações que cada docente apresentar. São feitos grupos de estudo e debates sobre a prática onde fica evidente a importância do trabalho coletivo.

Para inventar e organizar o trabalho escolar é preciso ser criativo no sentido mais generoso da palavra. E isso dá muito trabalho. Mas está na criatividade a possibilidade de melhorar a nossa prática, e assim sermos mais felizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates realizados sobre o Projeto Político Pedagógico no que diz respeito a sua estruturação, em vários momentos, abordaram o tema das Diretrizes para a Educação Básica e Resolução de nº 2.197, de 26 de Outubro de 2012. Ambas, foram

objetos de análise além de outros documentos, durante o processo de análise do documento, foi de extrema importância vincular a um objetivo comum articulado aos fundamentos apresentados no Curso de Especialização de Gestores Escolares e a vivência na Escola Municipal Simão da Costa Campos.

Assim, este documento adota o entendimento de que é necessária uma atividade intencional e bem planejada e organicamente concebida, que se justifica pela realização de atividades voltadas para as mesmas finalidades ou para a concretização dos mesmos objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da escola.

A construção de uma educação de qualidade constitui um desafio dessa nova década. Não faltam discursos que abarcam a qualidade da educação, oriundos de instâncias distintas. Porém, as asserções a respeito, muitas vezes, não ultrapassam o mero discurso.

A abordagem sobre qualidade da educação necessita ser problematizada no coletivo, de modo que sejam encontrados caminhos para a sua efetivação, o que implica a continuidade de políticas públicas educacionais que não sejam vulneráveis às mudanças eleitorais.

No nível da unidade escolar a mudança sucessiva, por vezes, dos gestores escolares e dos professores, compromete, também, a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a cada mudança, faz-se necessário a apropriação da realidade escolar e dos horizontes da escola delineados no projeto político pedagógico.

No cenário atual, a qualidade da educação está atrelada a indicadores que emanam dos exames nacionais centrados no desempenho dos alunos.

Assim ocorre com a Prova Brasil que integra o IDEB o que por vezes compromete as raízes práticas da escola e volta-se apenas para a “mecanização” dos resultados para a avaliação externa.

Contudo, para as ações em prol da melhoria da qualidade da educação necessita permanentemente ações que contribuam para os processos do ensino e da aprendizagem, que contribuam para a formação de um cidadão participativo, protagonista de transformações, tendo como horizonte a justiça social. Nessa perspectiva, nesse contexto de mudanças é válido, considerar articulação de uma Gestão Democrática como um desafio para desencadear problematizações e buscar

novos caminhos, no coletivo, pelos educadores imbuídos e comprometidos com a educação transformadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. *Para Além do Fracasso Escolar.* Campinas: Papyrus, 1997.

BARRETO, Elba S.S. e outros. **Explicando as Alterações Básicas Introduzidas na Sistemática de Avaliação no Ciclo Básico.** In: SÃO PAULO Secretaria da Educação, *Ciclo Básico.* São Paulo: SE/CENP, 1990.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada.** Campinas: Autores Associados, 2004. 14

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Organização dos Textos, notas, índices por Juarez de Oliveira. 6ª Ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

CASTANEDA. R. Gonzalo. **A Empresa Colaborativa: Antecedentes e Desafios para O século XXI.** Universidade Da América México, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, J: Vozes, 2006. CIDADESSat@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

DIAS, Regina Teixeira de Salles e FARIA, Vitória Barreto de. **Currículo na Educação: diálogos com os demais elementos da Proposta Pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de Pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 01 de Novembro de 2013.

FAUNDEZ, A. **O Poder da participação.** São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3a ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional: caminhando na contramão**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas: Papirus, 1995.

GADOTTI, M. **Escola cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo**. In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie(orgs). Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. 2002. Páginas 11-17.

GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. 1996. Texto extraído do site www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/Projeto_PoliticoPedagogico acesso em 30/10/2013, às 10h25.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília. DF, Vol. 134, n.248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

LIMA, Elvira Souza. **Ciclos de Formação: uma reorganização do tempo escolar**. São Paulo: GEDH, 2000.

NARODOWSKI, Mariano. **Adeus à infância (e a escola que a educava)**. In: SILVA, Luiz Heron, (org.). Porto Alegre: SMED, 1998. p.172-177.

Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil],

Brasília, DF, 9 jul. 2010, Seção 1, p.10.

PLACCO, V. M. N. de S. **Formação de professores: o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional**. In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. Para onde vão à orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. (Belo Horizonte – 2012)

Revista da FAEEBA: **Educação e Contemporaneidade**, Salvador. v. 12. n. 20, jul./dez., 2003, p. 431-446.

SCHNEIDER, M. P. **Projeto Político Pedagógico e pesquisa: uma nova escola**. Videira: Unoesc, 2001.

SILVA, J. **Introdução: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora**. In: SILVA, J., HOFFMANN, J.; ESTEBAN, MT. *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação como Processo de Inclusão**. In *Anais do Seminário de Educação de Criciúma*. Criciúma, Secretaria Municipal de Educação, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2002.

WALLON, Henri et alii. **Plano de Reforma Langevin-Wallon**. In: MERANI, Alberto L. *Psicologia e Pedagogia - as idéias pedagógicas de Henri Wallon*. Lisboa: Editorial Notícias, 1977.

ZAIDAN, Samira. **Ciclos no ensino fundamental**. In: Revista *Presença Pedagógica* v. 5, n. 30, novembro/dezembro, 1999.